**A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO TRANSFORMAÇÃO NO ENSINO**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo avaliar questões fundamentais e os novos desafios à gestão escolar,que permeiam as relações de toda a comunidade escolar de acordo com as novas demandas que a escola confronta, no contexto de uma sociedade que se democratiza e se transforma. Pretende ainda, refletir sobre a gestão democrática na escola da rede pública e o papel do gestor no sentido de garantir a participação da comunidade escolar nas decisões de âmbito pedagógico,financeiro e administrativo, trazendo os diversos instrumentos que favorecem essa participação.. Sendo traduzida em seu dia a dia como um ato político ,a gestão escolar, implica sempre numa tomada de posição dos pais, professores, funcionários, estudantes e de toda a comunidade escolar, pois a função social da escola é melhorar através das parcerias os resultados do ensino, consolidando o compromisso com a comunidade deixando-a participar, tomar suas decisões, lutar pelo seu ideal o que com certeza propiciará na escola a gestão democrática, onde sua construção não pode ser individual, pelo contrário precisa ser coletiva.

PALAVRAS CHAVES; Gestão Democrática;, Comunidade escolar e integração

INTRODUÇÃO

A gestão é fundamental para qualquer organização e a gestão escolar constitui uma importante dimensão na educação. Impulsionando uma liderança com base na autoconstrução, o compromisso, responsabilidade e qualidade de forma criativa no processo educacional. O educando não aprende apenas em sala de aula, mas na escola como um todo, pela maneira que ela é organizada e como funciona, pelas ações globais que promove, pelo modo com que as pessoas nela se relacionam e como a escola se relaciona com a comunidade. Compete ao gestor a ação de coordenar as relações entre todos os profissionais, alunos e a comunidade escolar, enfocando uma educação que permita uma relação democrática e participativa entre ambos.. O gestor deve assumir papel de líder de todo o processo para que se crie um ambiente prazeroso para toda comunidade escolar e com isso o nível de ensino possa se elevar. Uma gestão democrática não só abre espaço para iniciativa e participação, como cobra isso da equipe escolar, alunos e pais, para que juntos possam resolver o desafio da qualidade da educação no âmbito de sua instituição. Com esse novo enfoque, espera-se que o gestor tenha uma visão global e atributos para gerar as mudanças dentro da instituição educacional, tornando-se um agente de transformação. Uma educação de qualidade resulta do conjunto das relações dos fatores externos e internos existentes no espaço escolar, e da forma como essas relações estão organizadas.

GESTÃO

Um processo de gestão que construa coletivamente um projeto pedagógico de trabalho tem já em sua raiz, a potência da transformação. Por isso é necessário que todos atuem na escola com maior competência, para que o ensino realmente se faça e que a aprendizagem se realize, para que as convicções se construam no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem, coletivamente, no companheirismo e na solidariedade. Entretanto se a gestão for entendida como processo político-administrativo pode significar um desafio de compreender tal processo na área educacional a partir dos conceitos de sistemas administrativos. Segundo Libâneo (2001) para que uma escola adote um principio democrático deve agir com participação e autonomia. Para isso os objetivos da escola devem estar bem definidos e não apenas estar restrito ao processo de conhecimento e aprendizagem ela precisa ter a capacidade de proporcionar autonomia e determinação no processo de formação dos cidadãos, pois este é o fundamento para que haja a concepção democrática participativa na gestão escolar.

Libâneo cita que os instrumentos necessários para garantir a gestão democrática são: o projeto político pedagógico da escola (PPP) e o conselho escolar e que pais, mestres e estudantes devem estar envolvidos nesse processo para que haja qualidade na educação. Segundo ele as ações pedagógicas estão relacionadas as políticas de educação e a escola é o ponto de convergência entre diretrizes e o trabalho pedagógico (LIBÂNEO, 2003).

Paro (2001) também confirma a importância do PPP e do Conselho Escolar pelo fato de abrirem espaços para definir ações voltadas à educação que será utilizada na escola, pois esse processo envolve uma gestão democrática onde a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação e solicitará a participação de toda a comunidade escolar com isso as relações sociais ficarão fortalecidas.

TRANSFORMAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

As escolas brasileiras, principalmente as públicas, têm se esforçado para desenvolver ações que lhes garantam seu objetivo primordial de transmissão do saber historicamente acumulado, com o intuito de formar cidadãos críticos, capazes de transformar o meio no qual vivem, buscando a conquista de uma melhor qualidade de vida para si e suas comunidades, bem como a consolidação de uma sociedade mais humana e fraterna, efetivamente justa e democrática. Entretanto, apesar de todos os esforços, tais ações algumas vezes se mostram ineficientes, conforme atestam os índices de fracasso escolar, que atinge parte considerável dos que ingressam no sistema educacional público.

O termo “fracasso” é definido no dicionário (FERREIRA, 1998) como sinônimo de desgraça, desastre, ruína, perda, mau êxito, malogro, sendo entendido, no contexto da educação, como mau êxito, caracterizado, na compreensão de muitos, através dos índices de reprovação e evasão escolar.

A evasão e reprovação escolar são problemas que se perpetuam na educação brasileira, uma vez que persistem desde a década de trinta, evidenciando a falta de políticas públicas eficientes no País para enfrentamento dessa situação. Segundo Patto (1996), as altas taxas de evasão e repetência não são recentes no Brasil, mas um fenômeno presente há pelos menos seis décadas, e pouco se conseguiu fazer para alterá-las, chegando recentemente o Brasil a apresentar a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), só ficando atrás da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%).Na América Latina, a taxa de evasão do Brasil apenas é superada pelos índices da Guatemala (35,2%) e Nicarágua (51,6%) (ARAQUARI, 2014).

Conforme reportado no Relatório de Desenvolvimento 2012, divulgado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série, não chegando, portanto, nem a ingressar no nível médio, deixando um número considerável de jovens em situação de vulnerabilidade em relação ao acesso às oportunidades de qualificação e ao emprego estável, ficando suscetíveis ao desemprego, baixa remuneração e empregos inseguros.

Assim sendo, encontramos de um lado a sociedade e a escola brasileira com suas demandas sendo atendidas em condições muitas vezes precárias e, de outro, os alunos e suas famílias com histórias de vida marcadas pela fragilidade social, não raras vezes vistos indevidamente pelo filtro do preconceito racial e social, em virtude de motivações com profundas raízes culturais e históricas. No meio desse cabo de guerra, situamos o drama dos educadores, notadamente sendo desrespeitados pela ineficácia das políticas educacionais que vêm sendo implementadas no País. Como resultado, deparamo-nos com uma escola que não aceita a criança como ela é, e em que também a criança não aceita a escola tal qual ela funciona, produzindo maus resultados, como baixos índices de aproveitamento e as já citadas altas taxas de evasão.

As causas da evasão escolar são variadas, podendo ser elencadas algumas formas possíveis, tais como as relacionadas a condições econômicas, culturais, geográficas ou mesmo referentes encaminhamentos didáticos e pedagógicos adotados, e a baixa qualidade do ensino de algumas unidades de ensino.

O quadro atual da política brasileira, principalmente, na educação, apresenta intensas transformações, portanto busca-se uma gestão mais democrática, para que ocorra um interesse e envolvimento da comunidade escolar, frente aos acontecimentos relacionados ao trabalho pedagógico como a tomada de decisões para fatos que influenciam diretamente o andamento da escola.

Concebida a educação como um processo contínuo e permanente, ao mesmo tempo, que se educam os alunos, os docentes são educado continuamente, há um compromisso da escola, assim como do profissional que assume a responsabilidade, ou seja, um desafio que irá assumir constantemente. Portanto, os profissionais da educação possuem características e exigências próprias para efetivá-la, utiliza de procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento a participação e a atuação das pessoas envolvidas. Desse modo, a gestão democrática e participativa tem como objetivo principal envolver todos os segmentos interessados na construção de uma proposta coletiva com projetos a serem desenvolvidos pela escola.

Para o gestor escolar, entretanto, torna-se imprescindível conhecer a dimensão do conjunto organizacional, isto é, a escola como a realidade global; ser capaz de ajustar-se às novas exigências de acordo com sua necessidade A gestão escolar deve ser vista como instrumento fundamental do seu dinamismo e, isto, na medida em que possibilite a conciliação entre os dados da realidade e a rigidez estrutural da organização, resultante da aplicação dos princípios de autoridade legal, fundados na burocracia. Conseqüentemente, aquela concepção burocrática restrita não pode ser aplicada à organização escolar, nem deve orientar de modo total ou exclusivo a atividade administrativa na escola.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Nesse sentido, o objetivo é construir uma verdadeira educação com o máximo de contribuição e participação dos membros da comunidade, o que nos leva a perceber que uma gestão de qualidade implica em um trabalho coletivo. Então, toda ação planejada pela escola deverá ser pensada de modo que todos os envolvidos na comunidade escolar juntamente com a comunidade extra-escolar devam se envolver para tornar o serviço ofertado pela escola suficiente e satisfatório a todos os membros envolvidos no processo.

A necessidade de promover a articulação entre a escola e a comunidade a que serve é fundamental. O entendimento de que a escola não é um órgão isolado do contexto global de que faz parte, deve estar presente no processo de organização de modo que as ações a serem desenvolvidas estejam voltadas para as necessidades comunitárias.

Essa participação será efetiva na medida em que os indivíduos se tornarem conscientes sobre a importância da suas opiniões para os rumos das escolas porque a escola não é apenas um local de reprodução das relações sociais, mas sim um espaço onde estão presentes valores e concepções de mundo. Entendemos que a participação é inerente às práticas da escola onde participação. A presença da sociedade, na escola, é de grande relevância principalmente para acompanhar, o que acontece na escola, assim como participar nas decisões dentro da instituição. Também, a equipe de pedagogos, professores, funcionários deve ser valorizada nesse ambiente, assim, sentir-se-ão motivados a contribuir para atingir as metas traçadas pela mesma. Outro fator relevante é a estrutura física dela, quanto mais agradável o ambiente escolar se tornar, mais eficaz será a aprendizagem dos alunos, se sentirá em um espaço acolhedor, motivando-os a continuar na escola e, com isso, notavelmente será diminuída a evasão escolar, um dos objetivos a serem trabalhados pela organização escolar.

A gestão democrática vem com o propósito de substituir o paradigma autoritário pelo democrático, dar oportunidade de os indivíduos, que estão envolvidos, liberarem seu potencial, mostrar seus talentos e sua criatividade, na solução de problemas cotidianos. Na gestão democrática, a participação de cada pessoa é fundamental, independentemente do nível hierárquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática na escola possui o desafio de construir mecanismos de participação, entre os que dirigem a escola e os que participam de alguma forma de sua dinâmica cotidiana.. Nesse entendimento, é preciso considerar a necessidade da direção escolar assumir uma concepção política de administração, fundamentada na emancipação humana, portanto, desvinculada das amarras da irracionalidade imposta pela administração da empresa capitalista que durante muitos anos influenciou a gestão da escola pública.

A construção da escola democrática passa por longo período de conscientização que deve ser refletido entre gestor, equipe pedagógica, professores, funcionários, alunos, pais de alunos e comunidade em geral, com objetivo de um papel mais participativo desses sujeitos a se comprometerem com o processo de mudança. É primordial que aconteça um esclarecimento, junto aos pais e comunidade, a respeito do que é e como se realiza uma gestão democrática, através do Projeto Político Pedagógico da escola.

REFERÊNCIAS

ARAQUARI, Prefeitura Municipal. Conselho Tutelar debate sobre violência e evasão escolar na Escola Estadual Higino Aguiar. Publicado em 13;06/2014. Disponível em <http://www.araquari.sc.gov.br/noticia/673>. Acesso em 20 março 2015.

FERREIRA, N.S.C., AGUIAR, M.A.S. (Orgs.). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001. LENAD. Levantamento Nacional de Álcool e entorpecentes, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública - a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LÜCK et al, Heloisa. A escola participativa o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

ROMÃO & PADILHA. Diretrizes escolares e gestão democrática da escola. São Paulo: Cortez, 1997.

ZALUAR. A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. Ver BrasCiSoc, 2001.